

NECROPOLÍTICA NO BRASIL: AS VIDAS, PERDAS E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS.

ODS (16)

Gabriella Mariane Morais Monteiro (Universidade de Taubaté)
Luana Dias Araujo (Universidade de Taubaté)
Andrezza Tripodoro Escaleira Betioli (Universidade de Taubaté)
José Maurício Cardoso do Regô (Universidade de Taubaté)

O conceito de necropolítica, desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em 2003, questiona as formas de exercício de poder que não apenas controlam a vida, mas também definem quem pode viver e quem deve morrer. Essa ideia se destaca no cenário atual, que tem sido marcado por profundas desigualdades sociais, crises sanitárias e um aumento da violência direcionada a populações marginalizadas. No Brasil, episódios como a gestão da pandemia de Covid-19 e a violência policial em áreas periféricas expõem como o Estado, por meio de suas ações e omissões, legitima práticas que condenam certos grupos à morte. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar como a necropolítica se manifesta nas práticas políticas e sociais contemporâneas, destacando suas consequências no contexto brasileiro. Busca-se refletir sobre as formas de exclusão e violência que atingem principalmente as populações vulneráveis, destacando como a administração estatal da vida e da morte fortalece estruturas de opressão e perpetua ciclos de desigualdade. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, baseada na análise de legislações, além de dados oficiais extraídos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e de relatórios de organizações da sociedade civil. A Necropolítica não ocorre sozinha, mas sim junto com estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade e a sociologia busca investigar essas estruturas de dominação, exclusão e violência que infelizmente ainda é muito visto na sociedade. Nesse contexto, a teoria da barbárie, discutida por autores como Walter Benjamin, ajuda a evidenciar que a necropolítica não se limita a práticas de violência “arcaicas”, mas é muito visto na modernidade. Apesar dos avanços sociais e tecnológicos, a sociedade atual ainda convive com práticas que remetem a um estado primitivo, onde a vida é tratada como descartável. A teoria marxista oferece outra chave fundamental de interpretação. Para Marx, a sociedade capitalista estrutura-se na exploração e na desigualdade entre classes. A necropolítica pode ser compreendida, como uma extensão extrema dessa lógica, em que determinadas vidas passam a ser rejeitadas ou descartadas em benefício da acumulação de capital. O extermínio de populações indígenas para a expansão do agronegócio mostra como a gerenciamento da morte atende a interesses econômicos e de classe. Diante do exposto, é possível concluir que, ainda que o termo “necropolítica” seja relativamente recente, a prática que ele descreve está presente na sociedade há muitos anos. Na realidade brasileira ela se manifesta tanto por meio da violência direta quanto pela omissão do Estado diante das necessidades básicas da população. Casos como as operações policiais letais

em favelas do Rio de Janeiro evidenciam uma gestão pública que naturaliza a morte de determinados grupos sociais, sobretudo da população negra e periférica. Essa realidade demonstra o descaso do Estado com essa parcela da população e levanta questionamentos sobre as motivações e a persistente impunidade que ocorre nesses casos. Combater a necropolítica exige, portanto, uma profunda reestruturação das políticas públicas, orientada pela promoção da dignidade humana, da justiça social e do respeito à vida em todas as suas formas.

Palavras-chave: Estado; Necropolítica; violência.